finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por detenção.

27 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Patrícia Neves*. — O Escrivão Auxiliar, *Nuno Manuel Lopes Brás*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PINHEL

Aviso n.º 6086/2006 — AP

A Dr.ª Marta Luísa da Costa Moreira, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Pinhel, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 30/04.3TAPNH, pendente neste Tribunal contra o arguido João Rodrigues Marquez Cruz, filho de Francisco Marques da Cruz e de Eva Rodrigues Paulo natural de Unhos (Loures), de nacionalidade portuguesa, nascido em 20 de Janeiro de 1943, solteiro, número de identificação fiscal 129377511, titular do bilhete de identidade n.º 681976, com domicílio na Rua do Barão de Sabrosa, 86, 2.º, frente, São João, 1900-093 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97 de 19 de Novembro, praticado em 8 de Março de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 19 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, designadamente, bilhete de identidade, certificado do registo criminal, carta de condução, titular do passaporte n.º, documentos e certidões da administração fiscal e conservatórias do Registo Civil, Comercial, Predial e de Automóveis, tudo nos termos dos artigos 335.º, 3 e 337.º, n.ºs 2 e 3, ambos do Código do Processo Penal.

21 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Marta Luísa da Costa Moreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Manuela B. T. Sampaio*.

Aviso n.º 6087/2006 — AP

A Dr.ª Marta Luísa da Costa Moreira, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Pinhel, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 33/04.8TAPNH, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Clotilde Ramos Fonseca Rêsió, filha de Joaquim Augusto Fonseca e de Goergete do Espírito Santos Ramos natural de Poço do Canto (Meda), de nacionalidade portuguesa, nascida em 30 de Março de 1976, casada (regime: desconhecido), titular do bilhete de identidade n.º 11186747, com domicílio na Raposeira, 4890-551 Vale de Bouro, por se encontrar acusada da prática de um crime de falsidade de depoimento ou declaração, previsto e punido pelo artigo 360.º, n.ºs 1 e 3, do Código Penal, praticado em 18 de Maio de 2004, por despacho de 3 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal.

3 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Marta Luísa da Costa Moreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Manuela B. T. Sampaio*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL

Aviso n.º 6088/2006 — AP

A Dr.ª Rosa Maria Cardoso Saraiva, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Pombal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 3125/04.0TDLNB, pendente neste Tribunal contra o arguido Leoscar José Delmond, filho de Zulmira Maria da Silva natural de Brasil, nacional de Brasil, nascido em 22 de Março de 1976, titular do passaporte CI 400353, com domicílio na Rua do Ribeiro, 8, Souto, 3100 Pombal, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97 de 19 de Novembro, praticado em 22 de Dezembro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 28 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios

jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter ou renovar os seguinte documentos: bilhete de identidade, passaporte, carta de condução.

2 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Rosa Maria Cardoso Saraiva*. — O Escrivão Auxiliar, *José Cordeiro Vintém*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL

Aviso n.º 6089/2006 — AP

A Dr.ª Maria João Roxo Velez, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Pombal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 259/05.7TAPBL, pendente neste Tribunal contra o arguido Danut Albert Gigea, natural de Roménia, nascido em 22 de Janeiro de 1972, titular do passaporte n.º 05296351, com domicílio sem morada conhecida em Portugal, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços, previsto e punido pelo artigo 220.º do Código Penal, praticado em 9 de Outubro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 28 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

29 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria João Roxo Velez*. — A Escrivã-Adjunta, *Manuela Costa*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DA BARCA

Aviso n.º 6090/2006 — AP

A Dr.ª Maria Paula Alves Vicente Miranda, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Ponte da Barca, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 27/02.8TBPTB, pendente neste Tribunal contra o arguido José Guilherme Marques, casado, filho de Rosa de Jesus Marques., nascido a 26 de Maio de 1951, em Cabeceiras de Basto, Painzela (Cabeceiras de Basto), titular do bilhete de identidade n.º 2774103, com domicílio na Praça da República, 93, 6.º, 4050-419 Porto, por se encontrar acusado da prática do crime de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97 de 19 de Novembro, praticado em 23 de Julho de 1994, por despacho de 7 de Setembro de 2006, nos mesmos autos, foi dada por finda a contumácia declarada em 4 de Abril de 1997, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

25 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Paula Alves Vicente Miranda*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Isabel Gomes da Costa*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DE LIMA

Aviso n.º 6091/2006 — AP

O Dr. João Augusto Martins Castanho Correia, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponte de Lima, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 209/03.5GBPTL, pendente neste Tribunal contra o arguido José Fernandes Araújo, natural de Ponte de Lima, Freixo (Ponte de Lima), casado, titular do bilhete de identidade n.º 07681573, com domicílio na 17 Rue D Etienne D Ores, 78220 Viroflay, França, por se encontrar acusado da prática do crime de ameaças, previsto e punido pelo artigo 153.º, n.ºs 1 e 2 do Código Penal, por despacho de 21 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por prestação de termo de identidade e residência.

25 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *João Augusto Martins Castanho Correia*. — O Escrivão-Adjunto, *Fernando Manuel Silva*.